



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
ESTADO DO PARANÁ**

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N° 003/2022

PARECERES DOS RECURSOS

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO - FAU, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO os pareceres dos recursos do Concurso Público n° 003/2022 da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa-PR, interpostos contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

Art. 1º - Conforme Edital de Abertura, no caso de anulação de questão (ões) da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

Art. 2º - Conforme Edital de Abertura, para o cargo de Procurador Jurídico haviam somente questões de conhecimento específico.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A “Um dos benefícios da escrita é o terapêutico, pois escrever pode aliviar os sentimentos angustiantes de quem está passando pela difícil vivência de uma doença grave.” é correta de acordo com o segundo parágrafo do texto. A alternativa B “O livro “Diário de uma angústia” traz relatos de três diários de pacientes escritos ao longo do tratamento de doenças potencialmente fatais.” é correta de acordo com o seguinte trecho: Escritos ao longo do tratamento de doenças potencialmente fatais, três diários de pacientes e familiares que conseguiram se recuperar compõem o livro “Diário de uma angústia”, da editora Máquina de Livros, lançado neste mês. A alternativa C “O livro “Diário de uma angústia” também traz depoimentos de oito profissionais de saúde sobre

a importância da comunicação com os pacientes e a humanização da medicina.” é correta de acordo com o seguinte trecho: Na segunda parte, a obra traz depoimentos de oito profissionais de saúde sobre a importância da comunicação com os pacientes e a humanização da medicina. A alternativa D “Andrew Solomon afirma na apresentação do livro “Diário de uma angústia” que a obra se propõe a explicar como recuperar uma mente saudável quando seu corpo decepcionou você.” é correta de acordo com o oitavo e nono parágrafos. A alternativa E “A pneumologista Margareth Dalcolmo, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, descobriu em câncer durante a pandemia. “ é claramente a incorreta de acordo com o seguinte trecho: “Na prática médica, quem dá o diagnóstico não somos nós, é o doente; é o que ele nos narra”, afirma em seu depoimento a pneumologista Margareth Dalcolmo, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. À CNN, a pesquisadora em gestão de saúde Chrystina Barros conta que descobriu um câncer de mama durante a pandemia de Covid-19.

QUESTÃO 07 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o emprego da crase no período em tela justifica-se por regência verbal do verbo *contar*, pois quem conta, conta algo a alguém. O verbo exige a preposição a e a crase, que ocorre sempre que o termo regente exigir a preposição a e o termo regido admitir o artigo feminino a (MESQUITA, 1999, p. 367), ocorre pela junção desta preposição com o artigo determinado feminino que antecede o termo CNN.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 09 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os termos em destaque indicam os termos a respeito dos quais se diz alguma coisa e são agentes do verbo *poder* no período (MESQUITA, 1999, p. 399), ou seja, exercem a função de sujeito do verbo. O núcleo do sujeito é o substantivo *experiências* que vem acompanhado de termos que o adjetivam.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 10 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a oração subordinada em destaque complementa o verbo *afirmar* da oração principal caracterizando-se como uma Oração Subordinada Substantiva Direta (MESQUITA, 1999, p. 451) que exerce a função sintática de objeto direto do verbo *afirmar*.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 12 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

A questão é uma resolução de problema onde utilizamos a razão (divisão) para obter a solução, temos 1 hora e 45 minutos e precisamos converter este tempo em uma única unidade horas.

$60 + 45 = 105$ minutos para conversão $105/60 = 1,75$ horas.

Alternativa correta letra A.

QUESTÃO 13 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

Para a solução vamos usar a proporção, temos uma taxa de 15% ao ano e queremos obter uma taxa proporcional ao trimestre, como em um ano temos 4 trimestres.

$15/4 = 3,75\%$ ao trimestre.

alternativa correta letra B.

OBS: a resolução do exercício não requer conhecimento de matemática financeira.

QUESTÃO 16 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que apresenta duas alternativas como resposta para a questão.

Resolução:

Alternativa C - Metade dos funcionários ganham entre R\$ 3.450,00 e R\$ 4.125,00. Neste caso temos que 25% dos funcionários tem salário neste faixa e não metade (50%) como afirma a alternativa, ou seja, é uma resposta da questão;

Alternativa D - 75% dos funcionários ganham mais de R\$ 3.450,00. Nesta alternativa o correto é que 25% tem salário igual ou maior que R\$ 3.450,00, ou seja, também é uma resposta correta para a questão, por esta razão a questão será anulada.

QUESTÃO 17 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$Y=(1)^2-5(1)+15 = 11$$

$$Y=(2)^2-5(2)+15 = 9$$

$$Y=(3)^2-5(3)+15 = 9$$

$$Y=(4)^2-5(4)+15 = 11$$

$$Y=(5)^2-5(5)+15 = 15$$

Alternativa correta letra E.

QUESTÃO 18 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “C” PARA “B”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que no gabarito preliminar está como correta a alternativa C e o correto é a letra B.

Resolução:

Em uma jornada de 8 horas diárias é necessário trocar a máscara a cada duas horas, desta forma, temos: Joaquim inicia o trabalho com a máscara após duas horas realiza a primeira troca, após duas horas a segunda e mais duas a terceira, já se passaram seis horas trabalhadas, quando completa sua jornada de 8 horas não é obrigado a trocar de máscara pois já cumpriu o seu expediente. Desta forma utiliza três máscaras diariamente. Ao longo de uma semana temos 15 e para 4 semanas $4 \times 15 = 60$ máscaras.

Alternativa correta letra B.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

QUESTÃO 21 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que consideramos que o tema das milícias no Rio de Janeiro está vinculado ao conteúdo programático do edital como conhecimentos gerais em Segurança, vida Social e Política em nível nacional; que tal tema não é restrito a estudos universitários, mas, pelo contrário, possui marcos e acontecimentos de ampla repercussão em diferentes

setores da sociedade brasileira, além de seus temas direta ou indiretamente relacionados à especificidade da milícia dentro do crime organizado frequentarem o noticiário dos mais variados veículos de mídia nacional e internacional sobre o país nos últimos anos, tais como: o filme Tropa de Elite 2 dirigido por José Padilha em 2010, os desdobramentos da intervenção federal para as olimpíadas do Rio de Janeiro 2016, o assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018 e as acusações de rachadinha e compra de imóveis pela família do então Presidente do Brasil. Portanto, a banca considera o tema de notória divulgação, e que a questão não adentra os meandros específicos da Criminologia, mas, se refere às linhas gerais do crime organizado a partir da atuação dessas milícias e sua projeção na vida social e política do país, não havendo razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

FERRAZ, Bel. José Padilha: “Tropa de Elite é sobre milícias, é sobre Bolsonaro”. Estado de Minas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/22/interna_politica,1410611/jose-padilha-tropa-de-elite-2-e-sobre-milicias-e-sobre-bolsonaro.shtml. Acesso em 29 dez. 2022.

MARQUES, Hugo. “Marielle tinha projeto de acabar com as milícias”, diz viúva de Adriano. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marielle-tinha-projeto-de-acabar-com-as-milicias-diz-viuvade-adriano/>. Acesso em 28 dez. 2022.

MANSO, Bruno. A ligação do clã Bolsonaro com paramilitares e milicianos se estreitou com a eleição de Flávio. El País Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-24/a-ligacao-do-cla-bolsonaro-com-paramilitares-e-milicianos-se-estreitou-com-a-eleicao-de-flavio.html>. Acesso em 28 dez. 2022.

OLLIVEIRA, Cecília. As ligações dos Bolsonaro com as Milícias. The Intercept Brasil. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>. Acesso em 28 dez. 2022.

PAMPLONA, Nicola; CARNEIRO, Mariana; AMÂNCIO, Thiago. Intervenção federal na segurança do Rio está dando certo, diz Temer. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-esta-dando-certo-diz-temer.shtml>. Acesso em 28 dez. 2022.

PORTES, Alice; LEITÃO, Leslie; BRANDÃO, Thiago. Jerominho morre após ser baleado na Zona Oeste do Rio. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/04/jerominho-e-baleado-no-rio.ghtml>. Acesso em 28 dez. 2022.

PUFF, Jefferson. Rio 2016: Problemas com Força Nacional 'ainda comprometem' segurança dos Jogos. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36814834>. Acesso em 28 dez. 2022.

REDAÇÃO. Tropa de Elite 2 é maior bilheteria da história do Brasil. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2010/12/tropa-de-elite-2-e-maior-bilheteria-da-historia-no-brasil.html>. Acesso em 28 dez. 2022.

ROLNIK, Raquel. O combate às milícias tirou a vida de Marielle Franco. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/o-combate-as-milicias-tirou-a-vida-de-marielle-franco/>. Acesso em 28 dez. 2022.

QUESTÃO 22 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que grafitar os muros e/ou gravar vídeos grafitando os muros se tornou uma forma de espalhar a mensagem por liberdade das mulheres nas diferentes cidades em que o movimento tem ocorrido, como figuras em que um sapato feminino chuta um policial sob o lema “Mulheres, Vida, Liberdade”. Esta forma de protesto afronta regras que não permitem manifestações, e incluem desfigurar outdoors do governo utilizando imagens e palavras próprias. Não há, portanto, erro no gabarito da questão.

Referência Bibliográfica: REDAÇÃO. Protestos no Irã: 5 coisas que mudaram no país após 50 dias de manifestações. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63512438>. Acesso em 28 dez. 2022.

QUESTÃO 24 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o e-commerce é tema relevante para economia brasileira, alcançando faturamento de quase 40 bilhões de reais apenas no primeiro trimestre de 2022, atingindo tanto formas de consumo de usuários finais via aplicativos quanto estabelecendo debates sobre marcos regulatórios, impostos, comércio exterior e suas relações com a indústria e o varejo nacional. Logo, faz parte do conteúdo programático do certame no que tange à vida política e econômica do país. Além disso, não é incompatível com o cargo, afinal, a prática da pirataria e do *cross border* existem e, como demonstra o recurso, conhecer as origens e as práticas desse comércio

não significa ser conivente com elas, mas, pelo contrário, estar melhor preparado para enfrenta-las. Não há, portanto, razão fundamentada para a anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

GUIMARÃES, Fernanda. Shopee dobra aposta no País e já incomoda Magazine Luiza e Casas Bahia. Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/negocios/chinesa-shopee-dobra-aposta-pais/>. Acesso em 28 dez. 2022.

MENDES, Felipe. Porque empresários brasileiros compraram briga com sites asiáticos. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/porque-empresarios-brasileiros-compraram-uma-briga-contra-sites-asiaticos/>. Acesso em 28 dez. 2022.

TEODORO, Marina. E-Commerce cresce 12,6% e fatura R\$39,6 bilhões no 1º trimestre de 2022. Ecommerce Brasil. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/e-commerce-cresce-faturamento>. Acesso em 28 dez. 2022.

QUESTÃO 28 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão versa sobre assédio sexual e violência de gênero, considerado como parte dos problemas de segurança e da vida social em nível nacional, além de notória relevância para conhecimento geral de qualquer cidadão. Neste caso, do ponto de vista do conteúdo programático, o tema ainda está vinculado a figuras públicas do mundo esportivo que receberam sérias acusações de crimes sexuais, recebendo ampla cobertura de diferentes tipos de mídia, e estabelecendo importantes debates sobre como ídolos por conquistas esportivas por vezes são os mesmos que cometeram atos ilegais ou imorais do ponto de vista social, colocando em xeque suas posições de idolatria. Mais até do que isso, de que o problema não é apenas de jogadores de futebol ou técnicos de grandes clubes, mas também de jogadores desconhecidos, árbitros e técnicos de outras modalidades, constituindo-se como problema estrutural e relevante da sociedade brasileira. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

BARBOSA, Josusmar. Marcelinho Paraíba é indiciado pelo crime de estupro em Campina. Globo Esporte. Disponível em:

<https://ge.globo.com/pb/noticia/2012/01/marcelinho-paraiba-e-indiciado-pelo-crime-de-estupro-em-campina.html>. Acesso em 28 dez. 2022.

DE LAURENTIIS, Francisco. Time paulista rescinde com um jogador e pune outros dois após acusação de estupro no RJ. ESPN Brasil. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/10998499/botafogo-sp-rescinde-um-jogador-pune-outras-dois-apos-acusacao-estupro-rio-de-janeiro. Acesso em 28 dez. 2022.

MAGRI, Diogo. Sentença de Robinho por estupro é confirmada na Justiça italiana, que fala em “particular desprezo pela vítima”. El País Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2021-03-09/justica-italiana-confirma-sentenca-de-robinho-e-fala-em-particular-desprezo-pela-vitima.html>. Acesso em 28 dez. 2022.

PACHECO, John; TODESCATT, Juan; FARACO, Raphael. Quem é André Testa, treinador de vôlei preso suspeito de abusos sexuais contra jovens atletas em SC. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/08/05/quem-e-andre-testa-treinador-de-volei-presopor-abusos-sexuais-contra-jovens-atletas-em-sc.ghtml>. Acesso em 28 dez. 2022.

PIRES, Breiller. Cuca e a mancha do estupro no currículo do técnico brasileiro mais falado do momento. El País Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2021-01-31/cuca-e-a-mancha-do-estupro-no-curriculo-do-tecnico-brasileiro-mais-falado-do-momento.html#:~:text=Apesar%20de%20n%C3%A3o%20ter%20sido,os%20companheiros%20Eduardo%20e%20Henrique>. Acesso em 28 dez. 2022.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado da questão pede que se assinale a alternativa correta quanto à tipologia do texto e exige o conhecimento da definição de tipo textual e gênero textual. Os tipos textuais designam construções teóricas definidas pela natureza linguística de

suas composições (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo) e constituem poucas categorias: descrição, narração, dissertação, exposição e injunção (MARCUSCHI, 2008). A narração, caso do texto em tela, constitui sequência de fatos reais ou fictícios, o que ocorreu e como. Estes tipos textuais concretizam-se nos gêneros textuais que podem ser definidos como os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. No caso do texto em tela, o tipo textual predominante é a narração expressada no gênero textual notícia.

Referência Bibliográfica:

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

QUESTÃO 06 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, no período em tela, a crase é empregada por regência verbal do verbo dizer, pois quem diz, diz algo a alguém, portanto o verbo exige a preposição o que caracteriza a regência verbal (MESQUITA, 1999, P. 528).

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

QUESTÃO 09 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado da questão pede que se assinale a função sintática dos termos “O parque” e exige que o candidato faça a análise sintática do período. O sujeito é o termo ou termos que indicam o ser a respeito de quem se diz alguma coisa (MESQUITA, 1999, p. 399). No período em tela, se diz que o parque tem área de 1,3 milhão de hectares. O substantivo *parque* é o núcleo do sujeito e vem acompanhado do artigo definido masculino “o”.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, R. M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 13 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$3 \times 60 = 180 \text{ comprimidos;}$$

$$180/7 = 25,71 \text{ caixas.}$$

Como não é possível comprar este número de caixas (admite somente número inteiro) no mínimo vai precisar de 26 caixas.

Alternativa correta letra D.

QUESTÃO 14 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

A questão fala da população aproximada antes do evento, então temos $714.000 \times 1,4$ (aumento de 40%) = 999,6 ou seja valor mais próximo de 1.000.000, o que caracteriza que a população aproximada era de 714.000.

Alterantiva correta letra C.

QUESTÃO 20 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

Temos uma sequência 12 , 11 ,10 , 9 , 8 , 7 ,6 ,5 ,4 ,3 ,2 ,1 capítulos, realizando a soma temos 78.

Alternativa correta letra B.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

QUESTÃO 23 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que neste caso específico e de ampla divulgação, a palavra granada foi o termo utilizado pela imprensa, pelos agentes envolvidos e pelo inquérito policial. No estágio atual da investigação, foram chamados de “granada” três artefatos explosivos que a princípio seriam de luz e som, mas, causaram danos superior ao esperado para este tipo de dispositivo, indicando que ou se tratava de outro tipo de artefato ou que foi adulterada utilizando artifícios como pregos presos com fita adesiva. Até por isso a denúncia do Ministério Público Federal emprega a palavra “granada” 23 vezes. Porém, não há qualquer citação ao uso de bombas de gás lacrimogêneo por parte de Roberto Jefferson. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

Ministério Público Federal. Inquérito Policial n. 5081864-34.2022.4.02.5101. Poder 360. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/5081864-34-2022-tentativa-homicidio-qualificado-PRFs-ROBERTO-JEFFERSON-1-1.pdf>.

Acesso em 28 dez. 2022.

MENDES, Lucas; ANGELO, Tiago. Jefferson deu 50 tiros e jogou 03 granadas, diz PF. Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/jefferson-deu-50-tiros-de-fuzil-e-jogou-3-granadas-diz-pf/>. Acesso em 28 dez. 2022.

GUIMARÃES, Arthur; MARTINS, Marco. PF suspeita que Roberto Jefferson prendeu pregos em granadas e que arma de policial no coldre a salvou de ferimento mais grave. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/27/pf-suspeita-que-roberto-jefferson-prendeu-pregos-em-granadas-e-que-arma-de-policial-no-coldre-a-salvou-de-ferimento-mais-grave.ghtml>. Acesso em 28 dez. 2022.

GUIMARÃES, Arthur; MARTINS, Marco; CRUZ, Adriana. Estilhaços de granada foram encontrados em casa vizinha à de Roberto Jefferson onde acontecia uma festa de crianças. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/27/estilhacos-de-granada-foram-encontrados-em-casa-vizinha-a-de-roberto-jefferson-onde-acontecia-uma-festa-de-criancas.ghtml>. Acesso em 28 dez. 2022.

QUESTÃO 25 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que na língua portuguesa, a palavra país designa terra, território ou região, política e socialmente organizado, com delimitações definidas e identidade própria. A busca de Taiwan pelo reconhecimento internacional de sua soberania se dá por meio de tratados econômicos e militares em uma diplomacia paralela. De qualquer forma, o enunciado deixa explícita que essa é uma área em disputa. Não há, portanto, margem para dúvida, nem razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

PAÍS. Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pa%C3%ADs/>. Acesso em 28 dez. 2022.

SCHIAVON, Marcela. Porque o Paraguai reconhece Taiwan como país, mas o Brasil não? Uol internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/08/13/porque-o-paraguai-reconhece-taiwan-como-pais-mas-o-brasil-nao.htm#:~:text=O%20governo%20chin%C3%AAs%20afirma%20que,ilha%20como%20um%20territ%C3%B3rio%20independente..> Acesso em 28 dez. 2022.

CHINA. Apoio dos EUA para que Taiwan participe da ONU é “ameaça à paz”. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-10/china-apoio-dos-eua-para-que-taiwan-participe-da-onu-e-ameaca-paz>. Acesso em 28 dez. 2022.

QUESTÃO 26 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão atende aos conteúdos programáticos do edital, e os meios e ferramentas de estudo são responsabilidade do candidato. Mesmo assim, demonstra-se nas referências que diversos links que se referem à Munchen Fest trazem imediatamente a informação de que seu nome oficial se trata da “Festa Nacional do Chope Escuro”, inclusive no site da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Ponta Grossa. Não há, portanto, razão suficiente para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

EDIÇÃO PR. Organização divulga programação para München Fest em Ponta Grossa; confira as atrações. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2022/10/11/munchen-fest-volta-a-ser-realizada-em-ponta-grossa-apos-dois-anos-suspensa-por-conta-da-pandemia-veja-programacao.ghtml>. Acesso em 28 dez. 2022.

PONTA GROSSA, Prefeitura Municipal de. Cartilha do Turismo. Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <https://turismo.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/cartilha17-10-31-10-2012.pdf>. Acesso em 28 dez. 2022.

QUESTÃO 28 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a cobertura de imprensa do conflito entre Rússia e Ucrânia não possui nenhuma evidência da utilização de armas nucleares e/ou radioativas baseadas em urânio, plutônio ou hidrogênio, ao contrário dos drones kamikaze de origem iraniana, que apesar da negativa de ambos os governos, tiveram sua utilização reiteradamente denunciada com evidências materiais. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

MARTENDAL, Luan. O que são os drones kamikazes usados pela Rússia para atacar Kiev. Uol Internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/10/17/o-que-sao-drones-kamikaze-usados-pela-russia-para-atacar-kiev.htm>. Acesso em 28 dez. 2022.

REDAÇÃO. Drones suicidas russos atacam cidade próxima a Kiev. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2022/10/13/drones-suicidas-russos-atacam-cidade-proxima-a-kiev-diz-ucrania.ghtml>. Acesso em 28 dez. 2022.

REDAÇÃO. Rússia usa 'drones kamikaze' para devastar cidades ucranianas. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/russia-usa-drones-kamikaze-para-devastar-cidades-ucranianas/>. Acesso em 28 dez. 2022.

QUESTÃO 30 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral, neste ano de 2022 o atual deputado estadual Tadeu Veneri foi eleito por média para exercer a próxima legislatura como deputado federal, totalizando 84.758 votos. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

GERAL, Eleição. Deputado Federal (PR). Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em:

<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e544;uf=pr/resultados/cargo/6>. Acesso em 28 dez. 2022.

REDAÇÃO. Paraná: Tadeu Veneri (PT) é eleito deputado federal. Uol Resultados das Eleições. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/03/tadeu-veneri-deputado-federal.htm>. Acesso em 28 dez. 2022.

VENERI, Tadeu. Biografia. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/tadeu-veneri>. Acesso em 28 dez. 2022.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE DE TRÂNSITO

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão apresenta-se de forma completa e legível.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

QUESTÃO 33 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que somente a alternativa “A” apresenta-se de forma incorreta, uma vez que a letra “E” indica que todas as anteriores estariam enunciadas de forma incorreta.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

QUESTÃO 34 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que não possui alternativa correta.

QUESTÃO 35 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o texto enunciado da questão encontra-se elaborado corretamente.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

QUESTÃO 36 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que somente a alternativa correta é a letra “A”.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

QUESTÃO 38 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “B” PARA “C”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será alterada, tendo em vista que a única alternativa correta é a letra “C”.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO II

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que as funções básicas da administração (MASIEIRO, 2007, p.64) são: Planejar: atividade relativa ao estabelecimento de objetivos e ações apropriadas para alcança-los, incluindo a análise da situação atual, a previsão de eventos, a determinação das atividades em que a organização deverá se engajar, a escolha de estratégias corporativas e a alocação dos recursos necessários para atingir as metas estabelecidas.

Organizar: reunir e ordenar os recursos humanos, financeiros, físicos, de informação e outros necessários ao alcance dos objetivos que caracterizam essa função. As atividades incluem atrair pessoas para a organização, especificar responsabilidades por tarefas em unidades de trabalho, ordenar e alocar recursos, criando condições para que as pessoas trabalhem juntas visando alcançar o máximo desempenho.

Dirigir: coordenar, liderar, motivar e comunicar-se com os funcionários – individualmente e em grupos – estimulando-os a trabalhar de forma produtiva. Essas atividades envolvem contato diário, o que ajuda a coordenar os funcionários e a inspirá-los a alcançarem objetivos.

Controlar: monitorar processos e implementar planos, assegurando-se de que os objetivos sejam atingidos. Atividades específicas de controle estão voltadas ao estabelecimento de padrões que indiquem o rumo de objetivos de curto, médio e longo prazos. Estão voltados também a: monitorar o desempenho das pessoas e unidades; fornecer às pessoas feedback ou informação sobre seu progresso; identificar problemas e implementar medidas para corrigi-los. Orçamentos, sistemas de informações, manuais de procedimentos e ações disciplinares fazem parte das ferramentas de controle.

Referência Bibliográfica:

MASIEIRO, Gilmar. Administração de empresas: Teorias e funções com exercícios e casos. São Paulo: Saraiva, 2007.

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o dicionário nos diz que Informática é a ciência que se dedica ao tratamento da informação mediante o uso de computadores e demais dispositivos de processamento de dados. O computador é constituído de uma parte física e uma virtual. A parte física é denominada genericamente como hardware. Já a parte virtual, ou “abstrata”, intangível, é chamada de software.(Coleção componentes eletivos fundantes das EEMTI do Ceará, 2021, p.10 -13).

Gabinete é a estrutura, formada por uma caixa metálica, que envolve os equipamentos internos, geralmente conhecido como o computador propriamente dito.

Monitor é a tela de saída de imagens, códigos e informações, ou seja, é responsável por nos mostrar as respostas dadas pelo computador. Além disso, é um periférico de saída que tem grande importância, pois é a ponte primária de contato do computador com o usuário.

Teclado é um periférico de entrada, pois é por meio dele que o usuário transmite as “orientações” e comandos aos computadores.

Mouse também é um periférico de entrada que, juntamente com o teclado, transmite as intenções do usuário para o sistema operacional do computador. O mouse controla a seta e demais funções ligadas a ela.

Placa Mãe: como o nome já auxilia na compreensão, é na placa que todos os circuitos são encaixados. Ela recebe o processador, as memórias, os conectores de teclado e demais periféricos, placas de vídeo etc.

Processador: também conhecido como CPU (Unidade Central de Processamento, ou em inglês, Central Process Unit), processa as instruções dadas ao computador, executa cálculos e gerencia o fluxo de informações. Pela descrição, é possível associar a CPU ao cérebro.

Memória: responsável pela execução das tarefas processadas pelo computador, podendo, também, interferir na velocidade da máquina. Podem ser ROM ou RAM. A ROM – Memória somente de leitura, de fábrica, responsável por fazer os testes de inicialização da máquina. A RAM – Responsável por armazenar as informações processadas e os programas em execução. Atenção! Os melhores PCs costumam usar memórias com um bom “barramento” e, quanto mais gigahertz (GHz), melhor.

Hard Disk (HD) - Disco Rígido: é o macro armazenamento, ou seja, a unidade de armazenamento de dados que ficam gravados de forma permanente. Hoje as memórias flash, memórias de armazenamento com velocidade de resposta mais rápida, são muito populares, tanto que alguns computadores estão optando por utilizar esse tipo de memória que vem alocada em discos denominados de memória SSD.

Referência Bibliográfica:

Coleção componentes eletivos fundantes das EEMTI do Ceará: formação profissional [recurso eletrônico] / Ana Gardennya Linard Sírío Oliveira (org.)... [et al.]. - Fortaleza: SEDUC, 2021.

(Coleção componentes eletivos fundantes das EEMTI do Ceará v.5)

Livro eletrônico ISBN 978-65-89549-03-1(E-book).

QUESTÃO 40 – ANULA GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que, foi suprimida a palavra “desvantagem” da alternativa “C”, visto que a comunicação interpessoal (ROBBINS, 2009, p.138), como membros do grupo trocam mensagem entre si? Existem três métodos básicos. As pessoas utilizam essencialmente, a comunicação oral, escrita e não verbal.

Comunicação oral

O principal meio de transmitir mensagens é a comunicação oral. As preleções, as discussões individuais ou em grupo e a rede informal de rumores representam algumas formas comuns dessa forma de comunicação.

As vantagens da comunicação oral são a rapidez e o feedback. Uma mensagem verbal pode ser emitida e receber uma resposta dentro de um prazo muito curto. Se o receptor tiver dúvidas sobre a mensagem, o feedback será dado rapidamente, permitindo que o emissor corrija seus termos.

Sua principal desvantagem surge nas organizações, ou sempre que uma mensagem tiver que ser transmitida para várias pessoas. Quanto maior o número de receptores, maior o potencial de distorções.

Comunicação escrita

A comunicação escrita inclui memorandos, cartas, e-mails, mensagens instantâneas, quadros de notícias e qualquer outro meio que use linguagem escrita ou por símbolos para comunicar as informações.

Por que o emissor escolhe a comunicação escrita? Porque é tangível e verificável. Geralmente tanto o emissor quanto o receptor mantêm registro das mensagens. Elas podem ficar armazenadas por muito tempo. Se houver dúvidas, seu conteúdo pode ser facilmente consultado nos registros. Esse aspecto é de particular importância quando se trata de mensagens longas ou complexas.

As mensagens escritas apresentam desvantagens, elas consomem mais tempo.

Comunicação não verbal

Todas as vezes que transmitimos uma mensagem verbal enviamos também uma mensagem não verbal. Em alguns casos, o componente não verbal está sozinho. Pode-se dizer que todo e qualquer movimento do corpo tem um significado, nenhum sendo acidental.

Referência Bibliográfica:

ROBBINS, Stephen P. Fundamentos do comportamento organizacional. 8ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 33 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que as alternativas A e B estão corretas.

Referência Bibliográfica:

IAMAMOTO, M.V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM QUESTÃO. 1ª edição ampliada CEFESS, 2012.

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que no texto “Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade”, Marilda Villela lamamoto inicia o item 1.2, que trata do projeto profissional, com a seguinte afirmação: “O ponto de partida para a análise do Serviço Social é o de que a profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão - seu caráter transitório e socialmente condicionado - ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional, inscrito na divisão social e técnica do trabalho e nas relações de propriedade que a sustentam[...]” (IAMAMOTO, 2012, p.39)

Referência Bibliográfica:

IAMAMOTO, M.V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM QUESTÃO. 1ª edição ampliada CEFESS, 2012.

QUESTÃO 38 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a alternativa B é uma atribuição privativa do/a Assistente Social.

Referência Bibliográfica: LEI Nº 8.662 DE 07 DE JUNHO DE 1993.

QUESTÃO 39 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão reflete sobre as diferentes perspectivas teóricas, políticas e ideológicas que podem assumir os programas de transferência monetária repercutindo nas suas modalidades e características. A autora Silva (2022) afirma que é possível identificar dois projetos de sociedade que orientam esses programas: um projeto de orientação conservadora e um projeto de conteúdo progressista, conforme o trecho a seguir:

“Por conseguinte, as reflexões desenvolvidas colocam a necessidade de reafirmar que os defensores e idealizadores desses programas são referenciados em orientações político-ideológicas diversas, sendo possível pontuar pelo menos dois projetos de sociedade que orientam os programas de transferência monetária:

- a. Um projeto de orientação *conservadora*, marcado pelo oportunismo que busca popularidade e legitimação política, vendo nos pobres um amplo segmento da população que pode ser manipulado, controlado e submisso em troca de benefícios que garantam minimamente sua sobrevivência. Para este, os pobres devem cumprir exigências para ter acesso ao direito de viver e são controlados por diversos mecanismos burocráticos; o benefício deve ser o menor possível para não desestimular o trabalho, e o objetivo principal é desmontar o Estado de Bem-Estar, precarizando ainda mais a saúde, a educação e o trabalho, no caso brasileiro, na busca de legitimação de um governo ilegítimo, porque é antidemocrático, antipobres e antiminorias;
- b. Um projeto de conteúdo *progressista*, cujo foco é a redistribuição da riqueza socialmente produzida; é promover a justiça social, garantindo um padrão de vida civilizatório, estimulando a liberdade para fazer opção, inclusive de não se submeter a trabalho degradante e similar ao trabalho escravo. Esse é um projeto que articula as transferências monetárias com a ampliação da rede de proteção social, centrando-se no direito à educação, à saúde e ao emprego. Esse é o projeto que assumo e defendo (SILVA et al., 2020).”

Diante disso, a alternativa INCORRETA é a “D”, pois a mesma define no seu conteúdo o projeto conservador e não o projeto progressista como consta na questão.

Referência Bibliográfica: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza?. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.292>.

QUESTÃO 40 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a única alternativa que corresponde ao enunciado da questão é a “C”.

Referência Bibliográfica:

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

AUDITOR FISCAL

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o parcelamento somente suspende o crédito tributário quando ele estiver com as parcelas rigorosamente em dia. O fato de existir um parcelamento não é hipótese para emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. Sempre que Contribuinte possuir débitos tributários em atraso, parcelados ou não, a Certidão será Positiva. Débitos tributário não vencidos dão causa para emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. O embasamento legal para as duas situações está no artigo 206 do CTN.

Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Referência Bibliográfica: Lei Federal nº 5.172/1966 – CTN.

QUESTÃO 33 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que O Código Tributário Nacional permite a cobrança de taxas em contrapartida dos serviços públicos e a Constituição Federal da República veda somente a cobrança de Impostos de outros Entes Públicos.

1º A cobrança das taxas é discricionária pelo Poder Público, uma vez que não existe um rol taxativo das taxas a serem cobradas por cada um dos Entes Públicos, como existe com os Impostos que são definidos pela Constituição Federal e o Código Tributário Nacional. Desta forma o Município pode cobrar taxa sobre imóveis de outros Entes ou não.

2º A isenção da cobrança do Imposto sobre outros Entes Públicos decorre da Constituição Federal do Brasil e não da legislação municipal como mencionado no Recurso. A Constituição concede imunidade de impostos para outros Entes Públicos, conforme transcrito abaixo:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

Referência Bibliográfica: Código Tributário Nacional e Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o domicílio tributário é eleito pelo Contribuinte e a penalidade (multa) gerada pela inobservância da obrigação acessória é classificada (considerada, denominada) como obrigação principal, conforme demonstrado abaixo:

Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Referência Bibliográfica: Arts. 113 e 127 do Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 35 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Código Tributário Nacional não veda a divulgação de informações relativas a inscrição de créditos inscritos em dívida ativa e pelo fato de que a prescrição é uma forma de extinção do crédito tributário, mas as demais modalidades de extinção do crédito (pagamento, compensação) não concedem ao Sujeito Passivo o direito de eliminar os livros e registros referentes à obrigação tributária. Somente a prescrição permite o descarte de tais documentos, de forma que a alternativa está incorreta, conforme descrito abaixo:

Art. 195

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 198

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a
II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública

Referência Bibliográfica: Arts. 195 e 198 do Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 36 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a denúncia espontânea é tratada pelo artigo 138 do Código Tributário Nacional e ele não exclui a incidência dos encargos de mora (juros e mora), excluindo tão somente a penalidade:

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Referência Bibliográfica: Art. 138 do Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 37 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Receita com Prestação de Serviços a ser considerada é o total obtido com a prestação dos serviços, antes de qualquer dedução, conforme se desprende do art. 187 da Lei Federal nº 6.404/1976:

A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

No caso do exercício a receita do prestador de serviços a ser registrada na contabilidade é R\$ 20.000,00.

No grupo do Ativo da empresa devem ser evidenciados todos os seus bens e direitos. O imposto retido é um direito da empresa para que ela possa compensar com tributos eventualmente devidos para o mesmo Ente público:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

Referência Bibliográfica: Artigos 187 e 179 da Lei Federal nº 6.404/1976.

QUESTÃO 39 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa está nos mesmos moldes do texto presente no Código Tributário Municipal, tornando-se inválida somente pelo fato de que o CTM veda a notificação preliminar para o caso e a alternativa afirma que ela poderia ser utilizada, conforme demonstrado abaixo:

Art.83 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I - quando for encontrado no exercício da atividade tributável sem prévia inscrição, ressalvado o disposto no § 3º, do art. 80.

Referência Bibliográfica: Art. 83 do Código Tributário Municipal.

CONTADOR II

QUESTÃO 31 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que tanto a alternativa A como a alternativa E estão Incorretas e respondem ao Enunciado.

Alternativa A: o que deve ser feito antes da apresentação das propostas é a Reserva do Crédito, ou seja, a Autoridade deve assegurar que existem recursos para a referida licitação, devendo o empenho preceder a assinatura do Contrato.

Alternativa E: A etapa da despesa que deve ocorrer após a emissão da nota fiscal é denominada Liquidação e não o Empenho.

Referência Bibliográfica: Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 33 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o valor para despesas de custeio é insuficiente, considerando que são consideradas despesas de custeio os itens reforma, contratação de empresa e aquisição de materiais de consumo, senão vejamos o que dispõe na Lei Federal nº 4.320/1964 que dispõe sobre normas de contabilidade pública:

Art. 12

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Art. 13

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Pessoa Civil

Pessoal Militar

Material de Consumo

Serviços de Terceiros

Encargos Diversos

O valor total para despesas de custeio seria de R\$ 1.360.000,00, ou seja, valor insuficiente, necessitando de alteração legislativa da Lei do Orçamento para poder realizar os referidos gastos.

Referência Bibliográfica: Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 35 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Lei Federal nº 4.320/1964, que define normas de contabilidade aplicada para os Entes Públicos determina que a reversão de valores inscritos em Restos a Pagar (despesa ocorrida em um exercício mas que não tenha ocorrido seu pagamento) deve ser considerado como despesa do exercício em que ocorrer o cancelamento:

Art. 38. Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício; quando a anulação ocorrer após o encerramento dêste considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.

O MCASP determina que não deve ser considerado como receita ORÇAMENTÁRIA, haja vista que este valor representa uma nova receita do ponto de vista orçamentário.

Referência Bibliográfica: Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 36 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que o termo provisão

não deve ser utilizado para elementos do Ativo conforme determina a NBC TSP 03. Neste sentido o termo que deveria ter sido empregado deveria ser Ajuste para Perdas Esperadas.

O outro argumento do Recurso não merece prosperar no sentido de que a Despesa com Depreciação não é um elemento retificador do Ativo e sim uma conta de Resultado (DRE). A conta retificadora do Ativo é Depreciação ACUMULADA e não a despesa com depreciação.

Referência Bibliográfica: NBC TSP 03.

QUESTÃO 38 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a aquisição de material de consumo, do ponto de vista patrimonial é somente um ingresso no Ativo, de forma que a VPD ocorre somente quando da utilização do bem, vejamos o disposto na página 117 do MCASP:

e. No momento do reconhecimento da variação patrimonial diminutiva por competência (no momento da saída do estoque):

Natureza da informação: patrimonial

D 3.3.1.1.1.xx.xx Consumo de Material – Consolidação

C 1.1.5.6.x.xx.xx Estoques – Almoxarifado (P)

Já alternativa E representa uma VPD considerando que o Ente recolheu o valor retido em atraso e, portanto, incorreu no pagamento de juros, que representam para o Ente uma despesa quando da sua ocorrência, conforme consta na página 113 do MCASP:

Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial diminutiva (VPD) ou aumentativa (VPA) em razão do fato gerador e de sua consequência para o patrimônio, conforme tratado na Parte II deste manual.

Referência Bibliográfica: Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

EDUCADOR SOCIAL – FEMININO E MASCULINO

QUESTÃO 35 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que quando se trata de “dever de Estado e direito do cidadão” na Constituição Federal de 1988, está se referindo a Política Pública.

Referência Bibliográfica: Constituição Federal de 1988.

ENGENHEIRO CIVIL

QUESTÃO 31 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que como não foi citado a necessidade de conter “todos” os fatores a questão ficou com a possibilidade de mais de uma alternativa correta.

Referência Bibliográfica: ABNT NBR 7190.

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a única alternativa de comando que sobrepõe linhas é “draworder”.

Referência Bibliográfica: Autodesk.

QUESTÃO 36 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a nova norma 7190 de 2022 não contempla caracterização simplificada e que a resistência fc90 além de considerar 25% da fc0 possui outro fator de multiplicação.

Referência Bibliográfica: nbr 7190.

QUESTÃO 39 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será anulada, tendo em vista que houve erro de digitação na questão onde $3,00\text{m}^3$ deveria representar $3,00\text{ m}^2$.

ENGENHEIRO ELETRICISTA

QUESTÃO 31 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que NO LIVRO REFERÊNCIA CITADO ABAIXO, página 93 (versão digital), consta os postulados da ADIÇÃO da Álgebra de Boole, em que $A+A'=1$, então $B+B'=1$, também consta que $A+1=1$, então a alternativa I está correta já que $A + B+ B' = A + 1$, pois $B+B'=1$, ENTÃO, $A+1=1$, e a alternativa II está incorreta, pois a expressão não tenha como resposta apenas a expressão A.

Referência Bibliográfica: Idoeta, Ivan, V. e Francisco Gabriel Capuano. ELEMENTOS DE ELETRÔNICA DIGITAL 42ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, (42nd edição). Editora Saraiva, 2019.

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado é de um GERADOR de corrente contínua e não de um MOTOR de corrente contínua, o circuito equivalente pode ser visto na figura 11-10 do livro referência citado abaixo, página 244 (versão digital), em que ilustra que a corrente de armadura I_a , é igual $I_a = I_L + I_d$ (corrente de linha mais a corrente do campo derivação). Pelo enunciado $I_d=220/110=2\text{A}$ e $I_L = 86\text{A}$ (dado no enunciado), como I_a é a soma dos dois por ser GERADOR, $I_a=2+86=88\text{A}$. E em um gerador a corrente de armadura sempre é maior que a corrente de linha.

Referência Bibliográfica: Gussow, Milton. Eletricidade Básica. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2009. (Versão digital).

QUESTÃO 37 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os transistores superiores são do tipo PNP, e neste tipo de fabricação os mesmos somente irão conduzir quanto for injetado um sinal de 0V no seu terminal de Base(B), habilitando assim a condução de corrente entre o terminal do Emissor (E) e terminal do Coletor (C) fazendo com que a tensão de +5 Volts habilite a condução direta do LED1 pois há necessidade da tensão positiva no seu terminal de anodo, já os transistores inferiores são do tipo NPN, e nesta situação ele conduzirá com tensão de 5 Volts no terminal da Base (B) para habilitar a circulação de corrente entre o terminal do Coletor(C) e terminal do Emissor (E) para fornecer a tensão 0V para o catodo do LED1, para o LED2 a situação é análoga, já exemplo ilustrado Newton C. Braga conforme citado no seu questionamento o mesmo dever utilizar todos transistores apenas do tipo NPN na ponte H simples, neste caso a lógica do acionamento é diferente. A banca examinadora recomenda o candidato acessar o link: <http://mmc-zaap.blogspot.com/2013/05/ponte-h.html>, pois lá contempla uma explicação bem clara do funcionamento da Ponte H com transistores PNP e NPN.

Referência Bibliográfica:

Bogart Jr., Theodore F, Dispositivos e Circuitos Eletrônicos. Volume I. São Paulo. Makron Books, 2001. <http://mmc-zaap.blogspot.com/2013/05/ponte-h.html>

QUESTÃO 39 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a corrente de base(I_B) deve ser obtida utilizando a equação de um SISTEMA TRIFÁSICO, portanto a corrente de base será: $I_b = S_b / (1,73 * V_b) = 8,0 \text{ A}$ e a impedância trifásica é obtido da seguinte $Z_b = V_b * V_b / S_b = 1 \text{ Ohm}$.

Referência Bibliográfica:

Silva, Rafael Schincariol. Sistemas elétricos de potência I. Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2019.

QUESTÃO 40 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que é uma interpretação direta da Resolução da ANEEL no. 1000, de 7 de dezembro de 2021, ou seja, neste caso a questão não restringiu o subgrupo B3, visto que os estabelecimentos comerciais ou industriais de pequeno porte, fazem parte das unidades consumidoras consideradas pela ANEEL como “demais classes”, pois estes consumidores não estão contemplados nos subgrupos B1, B2 e B4, ou seja, a questão formulada para uma simples interpretação da norma e sem a finalidade de restringir o subgrupo B3 apenas complementar a mesma.

Referência Bibliográfica: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>

FISCAL AMBIENTAL

QUESTÃO 32 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a alternativa “A” encontra-se correta, logo a questão não possui alternativa INCORRETA.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

QUESTÃO 33 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão não está fundada com base na lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, mas sim no direito ambiental e no CONCEITO DE MEIO AMBIENTE, e segundo a enciclopédia jurídica da PUCSP: “A definição legal de meio ambiente e sua amplitude permitem-nos identificar quatro facetas distintas, doutrinariamente definidas como meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho (...) *Meio ambiente cultural* é aquele integrado por bens de valor arqueológico, artístico, estético, histórico, paisagístico e turístico.

Formam o meio ambiente cultural aspectos decorrentes ou não de intervenções humanas, que possuam especial significado para a espécie em razão de seus valores intrínsecos ou extrínsecos.

Em outras palavras, o bem integra o patrimônio cultural em virtude de sua especial importância para o ser humano, em decorrência do valor diferenciado que lhe é atribuído pelo homem em face de seu significado.

Assim, por exemplo, o Cristo Redentor, marco expressivo para a sociedade brasileira. Ou o Museu do Ipiranga, que traz à memória de todos etapa das mais marcantes da história do Brasil.

O meio ambiente cultural em regra também é artificial (como nas hipóteses dos bens de valor artístico e histórico, criados pelo homem), deste se afastando, no entanto, em razão de portar referências ou valores incomuns, ligados à memória, à tradição e à ação da espécie humana.

Pela divisão de matérias trazida nos incisos do art. 1º da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), o meio ambiente cultural nada mais é do que o patrimônio cultural, que será tratado em título próprio e é consagrado como direito social pelo art. 216 da Constituição da República, possuindo como principal instrumento de tutela o instituto administrativo do tombamento”.

Além do mais, caso a alternativa fosse considerada incorreta, a questão não seria anulada, pois a alternativa “C” estaria correta.

Referência Bibliográfica:

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/422/edicao-1/meio-ambiente#:~:text=A%20denominada%20Lei%20da%20Pol%C3%ADtica,em%20todas%20as%20suas%20formas%E2%80%9D>

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão claramente possui um erro formal, ou seja, um erro gramatical que não afeta o entendimento dos candidatos. E como pode ser percebido pelo próprio recurso, o autor do mesmo ao estudar o tema soube que a resposta incorreta seria a letra “B”, logo todo candidato que estudou e se preparou para a prova notou que a alternativa “A” possui somente a falta de uma letra, o que não afeta em nada o entendimento da questão.

Referência Bibliográfica:

http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/427/Estudo_de_Impactos_Ambientais.pdf?sequence=1&isAllowed=y

QUESTÃO 38 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão não está pedindo qual é a lei em vigor, nem informando que a mesma permanece em vigor. O que a alternativa informa é que nos anos 60 foi instituiu o novo Código Florestal Brasileiro, que visava, sobretudo, à conservação dos recursos florestais, criando novas tipologias de áreas protegidas com as Áreas de Preservação Permanente. Informação essa retirada do material Políticas Públicas Ambientais dos autores Leane Chamma Barbar Przybysz, Eliane Pires Navroski e Adriana Franzoi Wagner: “Na década de 60, a preocupação com a conservação do meio ambiente foi institucionalizada com a aprovação da Lei nº 4.771 de 15/09/1965, que instituiu o novo Código Florestal Brasileiro, que visava, sobretudo, à conservação dos recursos florestais, criando novas tipologias de áreas protegidas com as Áreas de Preservação Permanente, as quais permaneceriam intocáveis para garantir a integridade dos serviços ambientais, e a Reserva Legal, que transferia compulsoriamente para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção. De qualquer forma, esta Lei foi revogada pela Lei 12.651, de 25 de maio de 2012”. Logo a alternativa permanece CORRETA.

A alternativa possui uma interpretação de texto que talvez o candidato não compreendeu, o novo Código Florestal Brasileiro não se refere ao atual, mas sim que a lei em 1965 instituiu um novo Código Florestal Brasileiro na época, que o mesmo foi revogado por um outro, o qual passou a ser chamado de novo Código Florestal Brasileiro. Logo a Lei nº 4.771 de 15/09/1965 instituiu um novo Código Florestal Brasileiro.

Referência Bibliográfica:

<http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1385/Políticas%20Publicas%20Ambientais.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

QUESTÃO 39 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa “C” se refere a ISO 14060, é um erro formal que não gera anulação da questão, o erro de digitação que o redator da questão acabou cometendo que não afeta o entendimento dos candidatos, logo a questão não será anulada. Pois no próprio enunciado da questão já informa os candidatos que a questão é sobre as normas da ISO 14000, conseqüentemente todas as alternativas são ISO.

Referência Bibliográfica: ISO 14000.

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

QUESTÃO 31 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que versa sobre “prevenção e combate a incêndios”, tema previsto no Anexo II, Conteúdos Programáticos, do Edital de Abertura do Concurso Público. Além do mais, a inserção do “autor” no enunciado da questão é uma praxe acadêmica e uma norma jurídica, pois toda citação deve ser acompanhada de sua fonte, caso contrário pode ser considerada como plágio.

Referência Bibliográfica: Segurança do Trabalho. Prevenção e Combate a Incêndio. Universidade Federal de Viçosa.

Disponível em: <<https://www.segurancaotrabalho.ufv.br/prevencao-e-combate-a-incendio/>>. Acessado em: 29 dez 2022.

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que na alternativa “A” são utilizadas as palavras “moderação” e “proporcional”, cuja presença são questionadas pelo candidato. Além do mais, o candidato deveria se ater em apenas citar dados apresentados no enunciado ou alternativas da questão, que

em momento algum versou sobre “lápiz”, “policia armado”, “disparo de tiro”, “doloso”, “culposo”...

Referência Bibliográfica: Legítima Defesa, um direito, um dever ou uma obrigação?

Disponível em: <<https://alesilvaoficial.com.br/2018/05/28/legitima-defesa-um-direito-um-dever-ou-uma-obrigacao/>>. Acessado em: 29 dez 2022.

QUESTÃO 33 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

O que é o Código Q?

Código Q é um padrão de comunicação adotado internacionalmente, pela força militar, polícia, Samu, vigilantes / segurança, aviação e empresas privadas, onde através de uma coleção padronizada de 3 letras de fácil pronúncia, todas começando pela letra Q, perguntas pré-definidas são realizadas de maneira simples, rápida e de fácil compreensão.

Foi criado em aproximadamente 1909, pelo governo britânico, quando a radio comunicação foi utilizada pela primeira vez de forma comercial em navios, por voz, onde até então era utilizada somente por Código Morse.

A partir de então, a utilização do Código Morse ficou muito mais simples e rápida, com a utilização do Código Q. Informando apenas 3 letras, uma informação ou pergunta eram transmitidos pelos telégrafos e compreendidas rapidamente.

Mesmo após o Código Morse cair em desuso devido a tecnologia obsoleta dos telégrafos, o código Q passa a ter vida própria e independente, sendo peça chave na comunicação via rádio para uso militar, de empresas, polícia e vigilantes, radio amadores, entre outros.

Código Q – Mais Usados:

QAP – na escuta;

QSL – entendido;

TKS – obrigado;

QAR – desligar;

QRL – estou ocupado;

QTH – endereço; e

QRX – aguarde.

Referência Bibliográfica: Código Q – Significados. Grupo Dharma – Radiocomunicação.

Disponível em: <<https://www.grupodharma.com.br/codigoq.htm>>. Acessado em: 29 dez 2022.

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que versa sobre “noções de direito penal (crime consumado e crime tentado)” e não especificamente sobre “Código Penal (Lei nº 2.848)”, portanto, qualquer fonte que remetesse ao tema poderia ser utilizada na elaboração da questão.

Referência Bibliográfica: ALBUQUERQUE, Humberto. Saiba a Diferença entre Crime Tentado e Consumado. Complexo de Ensino Saraiva Ltda. 2018.

QUESTÃO 35 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que versa sobre “penas privativas de liberdade” e não especificamente sobre “Código Penal (Lei nº 2.848) e outras legislações apresentadas pelos candidatos”, portanto, qualquer fonte que remetesse ao tema poderia ser utilizada na elaboração da questão.

O que torna o item “II – Internação (crianças e adolescentes)” incorreto é o fato de que apenas adolescentes (acima de 12 anos) podem ser internados, sendo aplicadas as crianças (de até 12 anos) medidas específicas de proteção previstas no art. 101, da lei 8.069/1990.

Referência Bibliográfica: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/pena-privativa-de-liberdade-x-pena->



II - elaborar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e a sociedade;
III - coordenar o Sisnad; (...)"

Portanto, nos termos do art. 8ª, inciso III, é incorreto afirmar que compete ao Município coordenar o Sisnad.

Sendo assim, a letra B é a única alternativa incorreta.

Referência Bibliográfica: Art. 8º, III, da Lei n. 11.343/2006.

QUESTÃO 38 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, de acordo com as instruções tanto do edital, quando as instruções constantes na prova objetiva, o candidato é o único responsável pelo preenchimento do cartão resposta.

Por sua vez, a única contagem da pontuação válida obtida é realizada através do próprio cartão resposta, não havendo nenhuma possibilidade de computar questões assinaladas na prova.

Referência Bibliográfica: Edital Concurso da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e Instruções para realização da prova objetiva.

QUESTÃO 39 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto ECA (Estatuto da Criança e Adolescente).

No mais, o gabarito em análise está de acordo com as disposições da Lei n. 8069/1990 e suas alterações, que assim prevê:

(...)

Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017).

(...)

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

(...)

Art. 36. A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.

(...)

Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. (...)

Portanto, nos termos do artigo 23, é incorreto afirmar que a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar; bem como que, nos termos do artigo 36, é incorreto afirma que a tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 16 (dezesesseis) anos incompletos.

Sendo assim, a letra C é a única alternativa incorreta.

Referência Bibliográfica: Artigos 23 e 36 do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente).

JORNALISTA I

QUESTÃO 31 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que estamos de questão de conhecimento específico (item contratação e supervisão de serviços de comunicação em órgãos públicos), já que é papel do agente comunicador atuante no poder público liderar os processos de contratação (técnica e preço), com base justamente na lei supramencionada.

Referência Bibliográfica: SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - [L14133 \(planalto.gov.br\)](http://L14133.planalto.gov.br)

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que talking point é um termo técnico do universo das assessorias de comunicação-imprensa, fazendo parte, inclusive, dos glossários de muitos entes atuantes no setor, como a race comunicação.

Referência Bibliográfica: NOTÓRIO CONHECIMENTO DA ÁREA, A EXEMPLO DE [Glossário de assessoria de imprensa \(racecomunicacao.com.br\)](http://Glossário de assessoria de imprensa (racecomunicacao.com.br)).

QUESTÃO 35 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que é uma questão de conhecimento específico (tipos e técnicas de pesquisa de opinião). dentre as alternativas dadas na questão em tela, a única que contempla um tipo de pesquisa na área é a letra 'a', já que as demais não são tipos de pesquisa no segmento comunicacional ou não são modalidades de investigação em si

Referência Bibliográfica: livro pesquisa social (richardson et al, 1989), dentre outros títulos.

QUESTÃO 39 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os princípios constitucionais nominados na questão estão expressos no artigo 37 da constituição federal vigente. tal questão integra o item 'comunicação pública' do conteúdo programático do presente certame concursal.

Referência Bibliográfica: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL - [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://Constituição (planalto.gov.br)).

QUESTÃO 40 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a argumentação usada pelo próprio recorrente confirma o enunciado – que aplica a expressão ‘acompanhamento’, além de ‘após o contato feito’ – vide o transcrito pelo recorrente, acima: ‘de resto, utilize-se, do follow up como forma de se certificar se a mensagem enviada (por e-mail, correio ou em mãos) realmente chegou ao destinatário correto’.

Referência Bibliográfica: livro ‘assessoria de imprensa’, 2004, maristela mafei.

MÉDICO DA FAMÍLIA I e II

QUESTÃO 35 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que conforme observado pelo candidato e avaliado pela banca a questão será anulada, por não conter o significado de ERG (escore de risco global) nas questões e deixando em dúvida o candidato.

Referência Bibliográfica: <https://www.sanarmed.com/dislipidemia-conceitos-e-tratamento-colunistas>

QUESTÃO 38 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os argumentos do candidato, afirma que para fazer o diagnóstico tem que ter a NECESSIDADE DE EXAMES COMPLEMENTARES, porém o mesmo informa “ Conforme encontrado na literatura o ombro doloroso se trata de uma entidade clínica composta por diversas etiologias, sendo a principal delas a lesão do manguito rotador.”, sendo um diagnóstico clínico, para complemento do diagnóstico e feito a solicitação de exames complementares, como o mesmo citou, ressonância magnética, porém é para confirmar a hipótese diagnóstica e não fazer o diagnóstico, sendo assim a questão é mantida e se mantém o gabarito da questão.



Referência Bibliográfica: Grato - GARZEDIN, Daniela Dias da Silva, et. al. Intensidade da dor em pacientes com síndrome do ombro doloroso. *Acta Ortop Bras*. 16 (3: 165-167, 2008). - BRASIL, Rômulo, et. al. Investigação do Ombro. *Rev Bras Ortop*. 1993;28(9).

MOTORISTA I

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a mesma encontra-se elaborada de maneira correta.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

MOTORISTA II

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão apresenta-se de forma correta.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

QUESTÃO 33 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o recurso apresenta-se de forma improcedente.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm

QUESTÃO 38 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o choque cardiogênico é causado por funcionamento inadequado do coração

Referência Bibliográfica: Tecnodata – Curitiba, PR. Primeira Habilitação.

QUESTÃO 39 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a resposta apontada no gabarito provisório é a letra “C” e não a “D” como questiona o candidato.

Referência Bibliográfica: Tecnodata – Curitiba, PR. Primeira Habilitação.

QUESTÃO 40 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que biela faz parte das partes móveis do motor e não fixas.

Referência Bibliográfica: Tecnodata – Curitiba, PR. Primeira Habilitação.

NUTRICIONISTA

QUESTÃO 31 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que segundo as Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN (BRASIL, 2011, pag. 18):

A regra de aproximação que deve ser seguida para as idades não exatas é:

- Fração de idade até 15 dias: aproxima-se a idade para baixo, isto é, o último mês completado.
- Fração de idade igual ou superior a 16 dias: aproxima-se a idade para cima, isto é, para o próximo mês a ser completado.

Na questão:

Pedro: 2 anos, 3 meses e 23 dias, logo, considera-se: 2 anos e 4 meses

Ricardo: 6 meses e 8 dias, logo, considera-se: 6 meses

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 76 p.

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que analisando as informações disponíveis na questão (alimentos envolvidos – massas e arroz; principais sintomas – diarreia e vômito; e tempo decorrido para ocorrência dos sintomas – sugestivo de tempo inferior a 12h) e comparando com os dados disponíveis na literatura, dentre as opções apresentadas como alternativa de resposta, entende-se que o micro-organismo envolvido no quadro em questão é o *Bacillus cereus*.

Segundo o Manual integrado de prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos (BRASIL, 2010, pag. 64), os principais alimentos envolvidos na intoxicação por *Bacillus cereus* são: produtos à base de cereais, arroz, molhos, almôndegas de carne, outros alimentos contaminados; os principais sinais e sintomas envolvidos são: náuseas, dores abdominais, diarreia e vômitos (esporádicos); e o tempo para manifestação dos sintomas pode variar de 8 a 16h.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual integrado de vigilância, prevenção e

controle de doenças transmitidas por alimentos. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 158 p.

PROCURADOR MUNICIPAL

QUESTÃO 04 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Código Civil: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

No mais, o gabarito não está de acordo com as disposições da Decreto-lei n. 4.657/1942, uma vez que, com a alteração da Emenda Constitucional nº 45/2004, a competência para a homologação de sentenças estrangeiras, de fato é do Superior Tribunal de Justiça.

Portanto, nos termos do art. 105, letra “i”, é correto afirmar que a competência para a homologação de sentenças estrangeiras, de fato é do Superior Tribunal de Justiça.

Por sua vez, a alternativa “E” também está correta.

Referência Bibliográfica: Art. 105, “i”, da CF.

QUESTÃO 08 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Código Civil. Contratos. Extinção do Mandato.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições da Lei, que assim prevê:

Art. 682. Cessa o mandato:

(...)

III - pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer;

Portanto, nos termos do art. 682, III, é incorreto afirmar que, o mandato cessa, pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer.

De mais a mais, obviamente que, passa cessar o mandato vinculado a conclusão do negócio, é necessário que estejam quitadas todas as obrigações financeiras, caso contrário, não há qualquer cessão do mandato.

Referência Bibliográfica: Art. 682, do Código Civil.

QUESTÃO 10 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Código Civil. Decadência.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições Código Civil, que assim prevê:

Art. 190. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

Portanto, nos termos do art. 190, é incorreto afirmar que no julgamento dos recursos administrativos é vedado à Administração agravar a situação do recorrente. Por sua vez, quanto às demais alternativas, é certo afirmar que a alternativa “A” reproduz o art. 445; a alternativa “B” reproduz o art. 501; a alternativa “C” reproduz o art. 618, parágrafo único; e a alternativa “D” reproduz o art. 45, parágrafo único; todos do Código Civil.

Referência Bibliográfica: Código Civil.

QUESTÃO 14 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Código de Processo Civil. Cooperação Internacional.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições Código de Processo Civil, que assim prevê:

Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará:

I - o respeito às garantias do devido processo legal no Estado requerente;

(...)

III - a publicidade processual, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na legislação brasileira ou na do Estado requerente;

IV - a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação;

V - a espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.

Por sua vez, todas as alternativas estão corretas, sendo a letra B a única alternativa correta.

Referência Bibliográfica: Art. 26, I, III, IV e V, do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 15 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Código de Processo Civil. Curador Especial.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições Código de Processo Civil, que assim prevê:

Art. 341. Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:

(...)

Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

De mais a mais, prevalece na doutrina que a Defensoria Pública quando atua como Curadora Especial, exerce uma função atípica, pois não é analisado se a parte é hipossuficiente financeiramente, vez que, a função principal da Defensoria é a defesa dos interesses dos necessitados, conforme art. 134 da CF/88.

Logo, não está correto afirmar que a Defensoria Pública quando atua como Curadora Especial, está exercendo uma função típica.

Referência Bibliográfica: Código de Processo Civil e Constituição Federal.

QUESTÃO 17 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Código de Processo Civil. Modalidades de Tutela.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições Código de Processo Civil, que assim prevê:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

(...)

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

De mais a mais, ao contrário do que fora apontado pelo(a) candidato(a) recorrente, o adjetivo defeso significa que não é permitido, interditado, proibido.

Logo, é incorreto afirmar que o juiz não exigirá caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

Referência Bibliográfica: Código de Processo Civil. Tutelas.

QUESTÃO 18 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Código de Processo Civil. Suspensão do Processo.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições Código de Processo Civil, que assim prevê:

Art. 313. Suspende-se o processo:

(...)

III - pela arguição de impedimento ou de suspeição;

(...)

Logo, é incorreto afirmar que a justificativa plausível do procurador por si só pode ser capaz de suspender o processo, uma vez que, os motivos de suspensão estão devidamente elencados no Código de Processo Civil.

Referência Bibliográfica: Código de Processo Civil.

QUESTÃO 20 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Administrativo. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Por sua vez, por não ter disposição sobre a coisa pública, toda atuação administrativa deve atender ao estabelecido em lei, único instrumento hábil a determinar o que seja interesse público. Isso porque a lei é a manifestação legítima do povo, que é o titular da coisa pública.

Logo, a alternativa “A” é a única correta.

Referência Bibliográfica: Direito Administrativo Descomplicado. Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. 31ª ed. 2022.

QUESTÃO 23 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Administrativo. Contratos. Inadimplemento contratual.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições na Lei n. 8.666/1993, que assim prevê:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Logo, é incorreto afirmar que a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos.

Referência Bibliográfica: Lei n. 8.666/1993.

QUESTÃO 24 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que De início, cumpre

salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Administrativo. Serviço Público. Conceito.

De mais a mais, serviço público nada mais é do que a prestação direta à população, pela administração pública ou pelos delegatários de serviços públicos, de utilidade ou comodidades materiais voltadas à satisfação de suas necessidades ou meros interesses

Referência Bibliográfica: Direito Administrativo Descomplicado. Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. 31ª ed. 2022.

QUESTÃO 25 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Administrativo. Responsabilidade Civil da Administração Pública.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições na Constituição Federal, que assim prevê:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (...)

Por sua vez, ao contrário do que foi alegado pelo(a) candidato(a) recorrente, é incorreto afirmar que as pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade privada, e as empresas privadas, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, uma vez que, para possuírem a capacidade, ou seja, a legitimidade para estarem no polo passivo de uma ação de indenização, é necessário que explorem a atividade pública.



Logo, a única alternativa correta é a letra “A”.

Referência Bibliográfica: Art. 37, § 6º, da CF, e Doutrina de Direito Administrativo Descomplicado. Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. 31ª ed. 2022.

QUESTÃO 26 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Administrativo. Servidores Públicos.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições na Constituição Federal, que assim prevê:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período; (...)

Significa dizer que, a Administração Pública tem liberdade para escolher o momento no qual realizará a nomeação do candidato, aprovado dentro do número de vagas ofertados pelo Edital, desde que dentro do prazo de validade do concurso.

Por outro lado, é incorreto afirmar que é defesa a reserva de vagas aos candidatos com deficiência haja vista que, nos termos do art. 37, VIII, da CF, a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, isto porque, ao contrário do que fora apontado pelo(a) candidato(a) recorrente, o adjetivo “defeso” significa que não é permitido, interditado, proibido.

Logo, somente a alternativa “B” está correta.

Referência Bibliográfica: Art. 37 da Constituição Federal, e Doutrina de Direito Administrativo Descomplicado. Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. 31ª ed. 2022.

QUESTÃO 29 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Constitucional. Garantias e Direitos Constitucionais.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições na Constituição Federal, que assim prevê:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XLII. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

(...).

Por sua vez, ao contrário do que foi alegado pelo(a) candidato(a) recorrente, é incorreto afirmar que todos terão direito à herança, porque, de acordo com a lei, existe uma ordem de preferência a ser seguida.

Logo, a alternativa “A” é a única correta.

Referência Bibliográfica: Art. 5º, XLII, da Constituição Federal e Código Civil.

QUESTÃO 31 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Constitucional. Poder Legislativo. Município.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições na Constituição Federal, que assim prevê:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

IV - Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes (...)

Por sua vez, ao contrário do que foi alegado pelo(a) candidato(a) recorrente, em que pese o Município de Ponta Grossa contar com 358.838 habitantes, a Câmara Municipal de Ponta Grossa atende ao dispositivo expresso na Constituição Federal, haja vista que conta com 23 vereadores.

Logo, a alternativa “C” é a única correta.

Referência Bibliográfica: Art. 29, IV, da CF. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.leg.br/institucional/parlamentares>

QUESTÃO 32 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Constitucional. Poder Legislativo. Município.

Por sua vez, de acordo com o art. 59, da CF, o processo legislativo compreende a elaboração de medidas provisórias.

Logo, a questão conta com duas alternativas incorretas, devendo ser anulada.

Referência Bibliográfica: Art. 59, V, da Constituição Federal.

QUESTÃO 33 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “B” PARA “D”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mais, assim prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

(...)

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (...)

Isto posto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um conjunto de normas e parâmetros de finanças públicas de estados e municípios com foco em prevenir riscos e corrigir possíveis desvios.

Logo, é correto afirmar que são premissas básicas da Lei Complementar 101/2000: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização.

Referência Bibliográfica: Art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições na Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim prevê:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como: I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município; II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação; III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

Logo, a alternativa “B” é a única correta.

Referência Bibliográfica: Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUESTÃO 37 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: De início, cumpre salientar que, a questão possui previsão em edital, especificamente no ponto Direito Tributário. Impostos. IPTU.

No mais, o gabarito está de acordo com as disposições no Código Tributário Nacional, que assim prevê:

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem

imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 33. A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Parágrafo único. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Por sua vez, é certo afirmar que os itens I, II e III reproduzem os artigos 32, 33 e 34, todos do Código Tributário Nacional.

Referência Bibliográfica: Artigos 32, 33 e 34 do CTN.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA II

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o conteúdo abordado na questão se enquadra dentro do estipulado pelo conteúdo programático “Atividade física e saúde” e “Atividade física para grupos especiais”. O profissional de educação física deverá ter a capacidade de conhecer a etiologia e características de diferentes doenças, incluindo a hipertensão, sendo esta uma doença crônica não transmissível com maior incidência e que acomete a população em grandes proporções, assim este deve ser alvo de medidas de prevenção nas quais o profissional de educação física tem um papel fundamental e conhecer como diagnosticar a doença é fundamental. Dessa forma, espera-se que o profissional de educação física conhecendo a doença saberá como atuar na prescrição de exercícios para esta população.

Referência Bibliográfica: Barroso WKS, Rodrigues CIS, Bortolotto LA, Mota-Gomes MA, Brandão AA, Feitosa ADM, Machado CA, et al. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. Arq. Bras. Cardiol. 2021;116(3):516-658.

QUESTÃO 33 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que as afirmativas propostas na questão estão em duplicidade.

Referência Bibliográfica: GUEDES D. P. Crescimento e desenvolvimento aplicado à Educação Física e ao Esporte. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.25, p.127-40, dez. 2011.

TÉCNICO EM RAIOS X

QUESTÃO 35 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão se refere aos pulmões, que se encontra na caixa torácica, e todas as estruturas

mencionados no recurso acima e os referidos órgãos da caixa torácica, estão ACIMA do diafragma.

Quanto as afirmações da referida questão, podemos afirmar:

I - Há 2 pulmões.

A afirmação está correta, pois há 02 pulmões, consistindo em 1 pulmão esquerdo e 1 pulmão direito.

Referência Bibliográfica: BONTRAGER, Kenneth L; LAMPIGNANO, John P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada. 8ª Edição. Rio de Janeiro (RJ), Elsevier Editora Ltda, 2015. Pág. 214.

II - Pulmão esquerdo é maior que o direito.

III - Pulmão direito é maior que o esquerdo

A afirmação II está incorreta, pois o pulmão direito é maior que o esquerdo, sendo assim a afirmativa III está correta.

Referência Bibliográfica: SANTOS, Vanessa Sardinha dos. "Pulmão"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biologia/pulmao.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2022.

“Os Pulmões”; Oncoguia. Disponível em: <http://www.oncoguia.org.br/conteudo/os-pulmoes/568/150/>. Acesso em 28 de dezembro de 2022.

IV - Mediastino está abaixo do diafragma.

O mediastino é definido conforme o Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada, 8ª Edição, sendo esta a mais atualizada, consta: “A porção mediana da cavidade torácica, localizada entre os pulmões, é denominada mediastino.... Entretanto, o timo está localizado dentro do mediastino, abaixo da glândula tireoide e anterior à traqueia e ao esôfago. As quatro estruturas radiograficamente importantes localizadas no mediastino são (1) timo, (2) coração e grandes vasos, (3) traqueia e (4) esôfago.”

Sendo assim, a alternativa IV está incorreta, pois o mediastino, como toda a caixa torácica se encontra ACIMA do diafragma e não abaixo, conforme afirmado na questão. A propósito, no próprio recurso, o candidato afirma que a alternativa não está errada, concordando assim com a afirmativa das opções da questão.

Referência Bibliográfica: BONTRAGER, Kenneth L; LAMPIGNANO, John P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada. 8ª Edição. Rio de Janeiro (RJ), Elsevier Editora Ltda, 2015. Pág. 220.

QUESTÃO 36 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o questionamento referente a grafia não altera o entendimento e onde o enunciado é bem claro e nítido que o objetivo da questão é avaliar a incidência correspondente a imagem. Quanto a grafia: ápico-lordótico e apicolordótico na nomenclatura radiológica tem a mesma definição e na bibliografia se encontra como no enunciado: apicolordótico.

Quanto a alternativa correta se mantém a alternativa A, pois a imagem refere-se ao exame de tórax apicolordótico, que possui como característica a ausência das clavículas na imagem, cujo objetivo deste exame é descartar calcificações e massas e patologias que podem estar sobre as clavículas, sendo um exame complementar ao tórax AP ou PA.

Abaixo o comparativo das imagens:

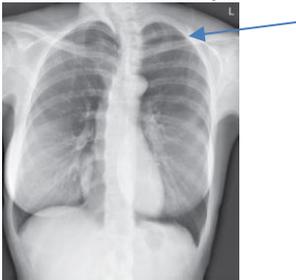


Imagem de Tórax em PA, com as clavículas bem evidenciadas e equidistantes.

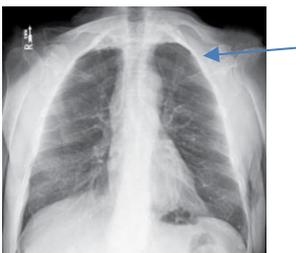


Imagem de Tórax apicolordótico, com ausência das clavículas

Referência Bibliográfica: BONTRAGER, Kenneth L; LAMPIGNANO, John P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada. 8ª Edição. Rio de Janeiro (RJ), Elsevier Editora Ltda, 2015. Pág. 272-275